

Políticas de informatização dos tribunais brasileiros: Análise a partir do caso Tribunal de Justiça de São Paulo e Microsoft¹

Carolina Lopes Scodro (FDRP – USP)

Paulo Eduardo Alves da Silva (FDRP – USP)

RESUMO

A pesquisa busca descrever os processos de concepção e implantação das políticas de informatização dos tribunais brasileiros a partir de um episódio específico – a formalização e rescisão contratual da Microsoft pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) em 2019. Conjugando-se entrevistas com atores envolvidos, análise documental e monitoramento de notícias relativas ao caso, pretende-se levantar e sistematizar elementos que permitam retratar como se tem dado o processo de informatização da Justiça brasileira. Pela abordagem jurídico-antropológica, a proposta aqui desenvolvida se refere à exposição dos desafios para efetivação da pesquisa, relativos ao ideal direcionamento, à organização das fontes e às dificuldades na realização de entrevistas.

PALAVRAS-CHAVE: Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP); Microsoft; políticas de informatização; metodologia; entrevistas.

INTRODUÇÃO

Em meados de fevereiro de 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) divulgou a informação de que havia formalizado contrato junto à Microsoft com vista à substituição do sistema Esaj, desenvolvido pela Softplan para o desenvolvimento de um novo sistema de tramitação processual com tecnologia de nuvem, denominado Plataforma Justiça Digital (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, 2019). A contratação, feita sem licitação ou anúncio, envolvia um montante total de R\$ 1,32 bilhão ao final dos cinco anos de contrato (RODRIGUES, 2019).

¹ VII ENADIR – ENCONTRO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA DO DIREITO - GT 19: Profissões jurídicas, rituais judiciais, sistema de justiça e pesquisa empírica em direito em diálogo com a antropologia.

Logo em seguida à divulgação da informação, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou a suspensão do contrato sob o fundamento de i) descumprimento da Resolução 185 de 2013, que determinava a implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE) como sistema nos tribunais estaduais, ii) de que a contrato ocorreu por meio de contratação direta, apesar da necessidade de licitação, iii) de que a contratação possibilitaria o acesso aos dados judiciais do maior Tribunal de Justiça brasileiro para empresa de tecnologia estadunidense (BRASIL, 2019). Após alguns meses, o CNJ determinou ao Tribunal paulista a rescisão do contrato (ANGELO, 2019).

Nesse sentido, a partir de uma abordagem jurídico-antropológica, a proposta da pesquisa seria desmistificar os trâmites contratuais junto ao poder judiciário, com vista a retratar além do processo formal, as práticas envolvidas nos processos de concepção e de implantação das políticas de informatização dos tribunais brasileiros. Por se tratar de um estudo de caso, valer-se-á de uma pluralidade de métodos – com destaque para a pesquisa empírica - para apresentar a partir do caso TJSP e Microsoft, os rituais judiciários envolvidos nas práticas de gestão do tribunal e de sua informatização.

A escolha do caso TJSP e Microsoft decorre de ser paradigmático por envolver uma diversidade de dimensões como, interna, tecnológica, normativa, financeira, midiática e política, traduzidos por características das partes (o maior tribunal estadual brasileiro contratando com empresa estrangeira), dos valores envolvidos (ultrapassando o bilhão) e do meio como foi realizado (em sigilo e sem licitação).

Assim, para efetivação do objetivo geral, de retratar os processos de concepção e implantação das políticas de informatização dos tribunais brasileiros a partir do caso TJSP e Microsoft, para conferir profundidade à análise do caso, optou-se pela triangulação de métodos e técnicas com a realização de entrevistas com atores envolvidos, com vista a esclarecer as práticas de gestão, análise documental, nele incluídos processual, e monitoramento de notícias relativas ao caso, com levantamento e sistematização de elementos com vista a analisar como vem ocorrendo o processo de informatização da Justiça brasileira, a despeito dos procedimentos.

Com efeito, em fase posterior à proposta de pesquisa, surgiram dificuldades metodológicas que aqui se passa a expor.

1. DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DA PESQUISA

1.1 O ideal direcionamento da pesquisa

Com o projeto apresentado, com vista a descrever o processo de informatização da Justiça brasileira a partir do evento TJSP e Microsoft, o primeiro desafio constatado foi encontrar a abordagem ideal ao caso, representando, portanto, a dimensão mais adequada para a situação ser representada.

Nesse sentido, foram identificadas dimensões pelas quais o caso poderia ser descrito como, interna – aspectos do próprio tribunal que resultaram na contratação, tecnológica – com vista a identificar diferenças entre os sistemas Esaj (Softplan), Plataforma Justiça Digital (Microsoft) e PJE (CNJ), normativa – com abordagem de questões envolvendo o sigilo da contratação e, portanto, a ausência de licitação, a Resolução 185/2013 do CNJ, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o Marco Civil da Internet, financeira – a fim de descrever a questão da economia do TJSP a longo prazo com a contratação da Microsoft, midiática – identificando de que forma o caso foi retratado pela mídia e, conseqüentemente, repassado para a sociedade, e política – a partir da pretensão de se retratar a questão da implantação do PJE do CNJ no TJSP.

Assim, entende-se que a dificuldade em direcionar a pesquisa decorre do fato de que a informatização da Justiça brasileira a partir do caso TJSP e Microsoft pode ser retratada sob diversas abordagens, sendo esse, portanto, o desafio, de identificar se há uma dimensão mais adequada e, em caso afirmativo, como selecioná-la sem tornar o estudo incompleto.

1.2 A organização das fontes de pesquisa

O segundo desafio se refere à organização das fontes de pesquisa, haja vista que a fim de trazer profundidade à análise do caso, a proposta traz como fontes as entrevistas com gestores, a análise bibliográfica e documental, englobando-se processos, contratos etc., além da sistematização de notícias relativas ao caso.

Com o todo, a dificuldade se apresenta a partir da ideal organização das fontes, tratando-se de desafio ao pesquisador, considerando que se exige considerável organização, a fim de maximizar os resultados pesquisados, evitando a mitigação de determinadas fatos importantes a despeito de assuntos mais evidenciados, porém irrelevantes.

Assim, entende-se que além da organização das fontes de pesquisa devido a triangulação de métodos e técnicas, o desafio aqui apresentado também se refere a percepção de quais informações são relevantes para a exposição do processo de informatização da Justiça brasileira a partir do evento TJSP e Microsoft.

1.3 As dificuldades na realização de entrevistas

O último desafio aqui apresentado se refere a realização de entrevistas. No caso da pesquisa, optou-se pela utilização da técnica de entrevistas, a fim de confirmar informações obtidas por outros métodos e técnicas, além de fornecer novas informações, não expostas em meios oficiais, tratando-se, portanto, de meio de pesquisa, que ao aproximar o pesquisador diretamente da fonte, oferece maior fidedignidade ao que foi descoberto, sendo possível pelas nuances entender como ou por qual razão algo aconteceu.

A despeito da importância das entrevistas, tratando-se de pesquisa envolvendo caso real com sujeitos envolvidos, surge a questão da negativa da realização das entrevistas. Com isso, indaga-se, como lidar com a negativa de prestação de informações? Como suprir essa técnica por outros meios?

A par disso, surge também um novo questionamento, e se apesar de realizada a entrevista, houver negativa quanto à autorização de publicação de informações na pesquisa? Como lidar com o conhecimento das informações, porém sem a possibilidade de levá-la à pesquisa.

CONCLUSÃO

Com fundamento na proposta de desmistificação dos trâmites contratuais junto ao poder judiciário a partir do caso TJSP e Microsoft, propõe-se sob fundamento jurídico-antropológica a exposição dos desafios surgidos, com vista ao direcionamento da pesquisa, a fim de se possibilitar a busca e, portanto, ao conhecimento da verdade (POUPART; DESLAURIERS; GROULX; LAPERRIÈRE; MAYER; PIRES, 2014, p. 69) que se deseja expor.

REFERÊNCIAS

ANGELO, T. **TJ-SP rescinde contrato de 1,3 bilhão com a Microsoft**. 20 maio 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mai-20/tj-sp-rescinde-contrato-13-bilhao-microsoft>>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Decisão em acompanhamento de cumprimento de decisão nº 0002582-36.2019.2.00.0000. Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Justiça de São Paulo. Relator: Conselheiro Márcio Shiefler Fontes. **Diário Oficial da União**. Brasília.

POUPART, J.; DESLAURIERS, J.; GROULX, L.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RODRIGUES, A. **CNJ barra contrato de R\$ 1,3 bi da Microsoft com Tribunal de Justiça de SP**. 21 fev. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/conselho-barra-contratacao-da-microsoft-pelo-tribunal-de-justica-de-sp-por-r-13-bi.shtml>>. Acesso em: 31 jul. 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. **TJSP anuncia desenvolvimento de nova Plataforma de Justiça Digital**. 20 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=55845&pagina=1>>. Acesso em: 31 jul. 2021.